

Balanço - julho 2024



www.campanhadespejozero.org/



Crise habitacional sem precedentes

Déficit habitacional = 6,2 milhões de domicílios

Inadequação habitacional = 26,5 milhões de domicílios

Fundação João Pinheiro, 2024

SUBESTIMADO, pois não inclui:

- população em situação de rua
- pessoas ameaçadas de despejo
- pessoas ameaçadas por desastres socioambientais









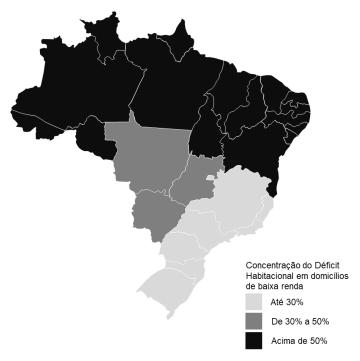


A crise tem classe, gênero, raça, região

RENDA: 74,5% até 2 salários mínimos

RAÇA / COR: 66,3% pretos e pardos

GÊNERO: 62,6% mulheres



Fundação João Pinheiro, 2024 Fundação João Pinheiro, 2021



Campanha Despejo Zero

Articulação nacional que reúne mais de 175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos para atuar contra os despejos e remoções forçadas em todo o Brasil.

Lançada em julho de 2020, durante a pandemia da Covid-19, mas aborda um problema crônico das cidades brasileiras: a falta de moradia adequada e as disputas pela terra e território no campo e na cidade.

É constituída por 3 grupos de trabalho - mapeamento, comunicação e incidência - além de núcleos estaduais, regionais e grupo facilitador nacional.



Mapeamento

A Campanha Despejo Zero visa denunciar violações de direitos humanos que vêm sendo sistematicamente invisibilizadas no Brasil: os despejos e remoções forçadas de pessoas do seu local de moradia e sobrevivência.

Desde 2020, a Campanha Despejo Zero vem reunindo informações de forma colaborativa. As organizações, entidades e movimentos sociais que atuam junto a comunidades ameaçadas têm sido as principais fontes de informação.

Este mapeamento supre uma importante lacuna de dados oficiais sobre o problema e violações de direitos correlatas.



1.564.556

pessoas afetadas

por despejos e remoções forçadas



267.539

crianças afetadas

por despejos e remoções forçadas

DESPEJO ZERO

938.734

mulheres afetadas

por despejos e remoções forçadas

DESPEJO ZERO

1.032.607

pessoas negras

afetadas por despejos e remoções forçadas

262.845

pessoas idosas

afetadas por despejos e remoções forcadas



1.564.556

pessoas afetadas

por despejos e remoções forçadas



casos

333.763

Famílias ameaçadas

42.098

Famílias despejadas

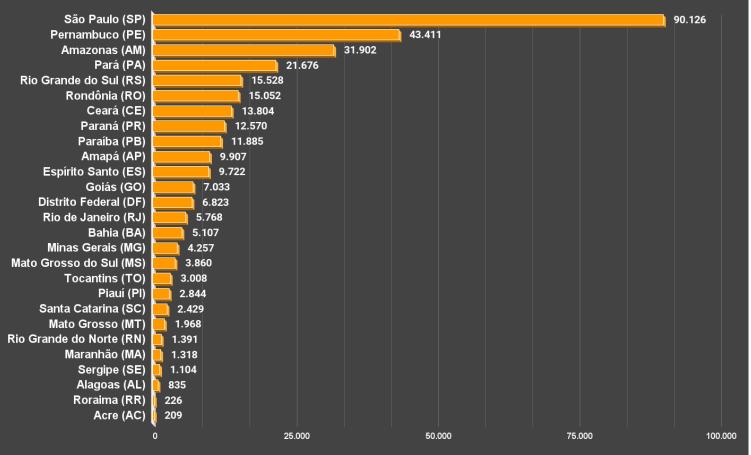
78.810

Famílias com despejo suspenso



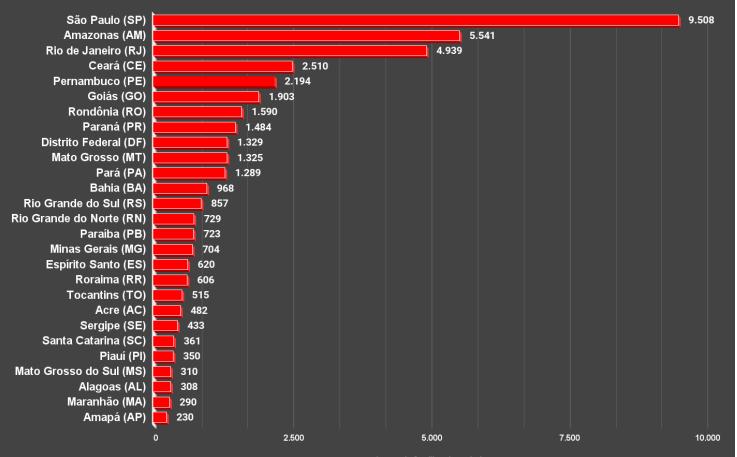
NÚMERO DE FAMÍLIAS AMEAÇADAS POR UNIDADE FEDERATIVA





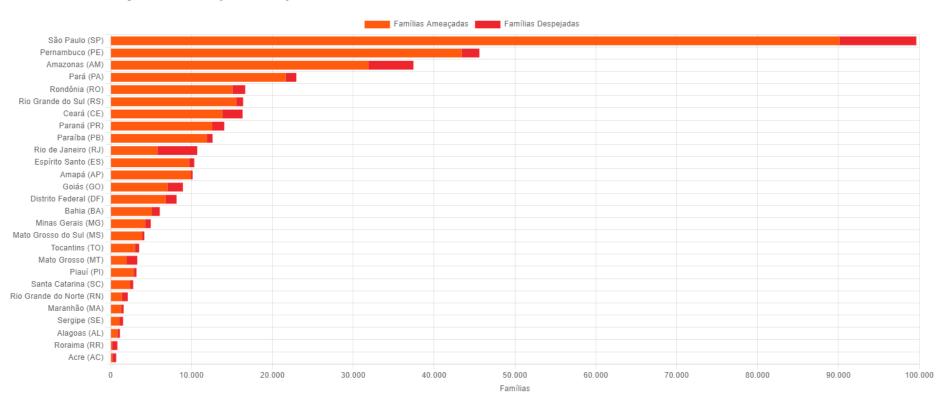
NÚMERO DE FAMÍLIAS DESPEJADAS POR UNIDADE FEDERATIVA







Famílias Ameaçadas e Despejadas por UF





Mais informação disponível em: https://mapa.despejozero.org.br/



Desde o "fim"
da ADPF 828
(outubro 2022)

+ 625_640

pessoas afetadas

desde o fim da ADPF 828





Outros mapeamentos

- Atualização de casos prioritários para atenção federal
 - 1º lista foi apresentada ao Governo Federal em março 2023
- Comissões de soluções fundiárias nos TJs e TRFs
- Violências e pacote de leis "invasão zero"

Invasão Zero

Agronegócio, parlamentares e outros setores

CPI do MST

Capilaridade em vários estados

Denúncias apontam para a formação de grupos milicianos, com apoio de militares para realização de despejos e ataques à ocupações e assentamentos.

Violências e assassinatos:

 morte da liderança indígena, Nega Pataxó, janeiro de 2024, sul da Bahia.

Links: https://www.instagram.com/invasao_zero_/

PODER >

Bolsonaro ajuda a criar "frente da invasão zero" contra o MST

DESPEJO ZERO

Ex-presidente foi a encontro da FPA e declarou apoio à iniciativa que visa a impedir a ação de



ODER360 4.out 2023 (terca-feira) - 18h28





Invasão Zero

O GLOBO | Brasil

ASSINE

'Invasão Zero': o que se sabe sobre grupo suspeito de mobilizar conflito armado com morte de indígena na Bahia

Movimento ganhou força no ano passado com antagonismo ao MST e inspirou criação de Frente Parlamentar com apoio de bolsonaristas

Por Arthur Leal 22/01/2024 19h28 · Atualizado há 3 meses

Ministério dos Povos Indígenas







Um dos indígenas feridos em conflito armado organizado por fazendeiros no Sul da Bahia; visita da ministra Sonia Guajajara — Foto: Divulgação /

Invasão Zero se caracteriza como milícia rural, denuncia Justiça Global à ONU e à CIDH

3 de abril de 2024

Documento enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos destaca ataque que culminou no assassinato da Nega Pataxó, em janeiro, no sul da Bahia.

Em denúncia enviada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também às Nações Unidas, a Justiça Global pede que seja recomendado ao Brasil a investigação e desmantelamento de milícias armadas que atuam áreas rurais, em especial o movimento organizado autointitulado Invasão Zero, formado por fazendeiros, milicianos e até policiais militares que prestam serviços de segurança privada.

A organização paramilitar, articulada por grupos de Whatsapp, foi revelada após o assassinato a tiros da liderança espiritual indígena Fátima Muniz de Andrade – a Nega Pataxó – em ataque ao povo indígena Pataxó Hã-hã-hãe em 21 de janeiro, na retomada no território Caramuru-Catarina Paraguassu, no município de Potiraguá, no Sul da Bahia.



Maria de Fátima Muniz de Andrade, a Nega Pataxó, é a 31a indígena a ser assassinada dentro da TI Caramuru-Paraguassu desde 2012. Crédito: Comunicação/Tela dos Povos.



Criminalização de movimentos sociais de luta pela terra e moradia

Pelo menos 25 projeto de leis em tramitação e leis já aprovadas pelas Assembleias Legislativas dos Estados e pelo Congresso Nacional

SP, ES, MA, GO, DF, BA, MT, TO, RS, MS, MG, PA





Criminalização de movimentos sociais de luta pela terra e moradia

"aumento de pena para o crime de esbulho possessório"

"criminalização da invasão de propriedade privada e aumento de pena de 20 a 30 anos"

"reintegrações de posse pela Polícia Militar sem ordem judicial"

"impedimentos aplicados ocupantes e invasores de propriedades"



Criminalização de movimentos sociais de luta pela terra e moradia

"proíbe ocupantes de propriedades privadas rurais e urbanas o recebimento de auxílios, benefícios e programas sociais do governo"

"proíbe a participação em concurso público ou assumir cargo público"

"define multa diária de R\$20 mil a R\$50 mil"



Leis e PLs "Invasão Zero"

Ofendem decisão do plenário do STF proferidas na ADPF 828 MC-DF - sobretudo às que dispõe sobre a implementação do Regime de Transição para a "retomada gradual e escalonada" dos processos

Desrespeitam Resolução 510/2023 do CNJ, também pertinentes ao Regime de Transição - responsáveis pela estruturação das Comissões de Soluções Fundiárias (que já totalizam 37)



Leis e PLs "Invasão Zero"

Outra ofensiva nacional, o PL 1251/2024, do deputado Kim Kataguiri (UNIÃO-SP): proíbe que pessoas morem na rua e autoriza fiscais a retirar barracas e objetos que caracterizem estabelecimento permanente em local público, como camas, sofás e colchões.



Fase 1: redução de danos

Junho 2021	ADPF 828: decisão do STF suspende despejos em razão da crise sanitária, citando os dados produzidos pela Campanha Despejo Zero
Outubro de 2021	Lei Federal nº 14.216, de 7 de outubro de 2021 – suspende despejos até 31 dezembro de 2021. Lei foi vetada pelo então presidente Bolsonaro, veto foi suspenso pelo Congresso
Dezembro 2021	STF prorroga suspensão de despejos até março de 2022
Março 2022	STF prorroga suspensão de despejos até junho de 2022
Junho 2022	STF prorroga suspensão de despejos até outubro de 2022



Fase 2: regime de transição

Outubro 2022

STF encerra a suspensão dos despejos e instaura regime de transição, exigindo:

- Criação de comissões de mediação de conflitos fundiários nos Tribunais de Justiça;
- Devida notificação e audiência das famílias atingidas;
- Inspeção nas áreas em disputa;
- Provisão de moradia para famílias atingidas.



Fase 3: diálogos com governo federal e CNJ

Novembro 2022	diálogos com governo de transição
Março 2023	jornada de diálogos com governo nacional
	Campanha Despejo Zero apresenta lista de casos urgentes ao governo
	Demanda criação de uma comissão interministerial e política nacional de mediação de conflitos fundiários
	Demanda criação de uma ouvidoria para conflitos fundiários urbanos no Ministério das Cidades
Junho 2023	Resolução 510 do Conselho Nacional de Justiça, regulamenta regime de transição



Fase 4: dificuldades de avanço

Agosto 2023	Secretaria das Periferias emite Nota Técnica alegando que não têm competência para atuar em conflitos fundiários, tema que seria competência do Ministério da Justiça
Novembro 2023	Secretaria de Acesso à Justiça emite Nota Técnica alegando que não têm competência para atuar em conflitos fundiários, tema que seria competência do Ministério das Cidades
Fevereiro 2024	Alterações na composição do Ministério da Justiça: saída do Min. Flávio Dino e entrada do Min. Ricardo Lewandovski. Na SAJU, saída do Secretário Marivaldo Pereira e entrada da Secretária Sheila Carvalho.
Maio 2024	Jornada de diálogos com Secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Periferias no Ministério das Cidades, Secretaria Geral da Presidência, Casa Civil, Ministério de Relações Institucionais



Site principal:

https://www.campanhadespejozero.org/

Site do mapeamento:

https://mapa.despejozero.org.br/

Instagram: @campanhadespejozero

Email: campanhadespejozero@gmail.com